

Brasil não tem pressa, pode retardar negociação com bancos até março

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil não tem pressa no processo de negociação de sua dívida externa e pode, se isso for interessante, retardar a definição do novo "pacote" com os bancos até março do próximo ano. Há uma forte expectativa de que nesta negociação sejam adicionados alguns novos ingredientes, vantajosos, e em Brasília considera-se "natural" que os credores queiram esperar a definição do processo sucessório antes de assinar novo acordo.

Esses novos ingredientes devem concentrar-se em quatro áreas básicas. A primeira delas é o caráter de uma negociação multiplurianual, que envolva pelo menos três anos em termos de necessidades de recursos. Outra área é uma substancial redução do "spread" cobrado pelos bancos, ou mesmo sua eliminação. A terceira é uma dilatação substancial de prazos, para além dos nove anos conseguidos no ano passado. A última área é a definição de uma fórmula de capitalização parcial dos juros devidos.

A cúpula da área econômica governamental já contava com avanços nestes quatro pontos, a partir de indicações do sistema bancário, antes mesmo de o processo de negociação ter tomado uma dimensão política, com a assinatura da nota conjunta de devedores latino-americanos. Essa movimentação políti-

ca, de toda forma, acelerou algumas definições básicas: já na reunião dos bancos em Filadélfia, nesta semana, anunciou-se a disposição de fazer concessões substanciais ao México. Imagina-se, com sólidas razões, que o Brasil conseguirá condições idênticas às do México.

O Brasil pode adiar o processo de discussão com os bancos sem grandes problemas, principalmente por contar com uma evolução bastante favorável em seu setor externo. A tendência é de acúmulo crescente de reservas (hoje já em torno de US\$ 3 bilhões), o que aumenta o poder de barganha. Além disso, a área econômica do governo imagina, por enquanto, que o tempo trabalhará a seu favor também na definição das condições de negociação, já que algumas idéias novas, discutidas entre credores, podem consolidar-se de forma gradativa.

Para os bancos credores, por sua vez, como havia ditado a este jornal uma importante fonte com acesso aos principais bancos norte-americanos, esticar a negociação com o Brasil para novembro, ou mesmo além disso, seria importante pelo ângulo político, para se saber com mais segurança o desfecho do processo sucessório. Como um dos pontos do novo acordo seria um acordo plurianual, seria imprescindível, para os bancos, ter alguma garantia de que o novo governo não irá rever ou repudiar o que for acertado.